

Sarney afirma que reforma da Carta virá

Ao confirmar ontem a realização de uma reforma constitucional pelo futuro Congresso, o presidente do PDS, senador José Sarney, apontou a medida como o coroamento do processo de abertura política. Ao mesmo tempo, enfatizou que o anúncio feito neste sentido pelo presidente Figueiredo, na cidade mineira de Governador Valadares, vem demonstrar a coerência do seu projeto político, a ser completado com a atualização da Constituição à nova realidade politico-institucional do País.

Na opinião do senador maranhense, além de defasada, a atual Constituição constitui-se numa verdadeira colcha de retalhos, pelo número de emendas que recebeu. Por isso mesmo, precisa ser "enxugada", ou seja, manter apenas os dispositivos não regulamentáveis por legislação ordinária.

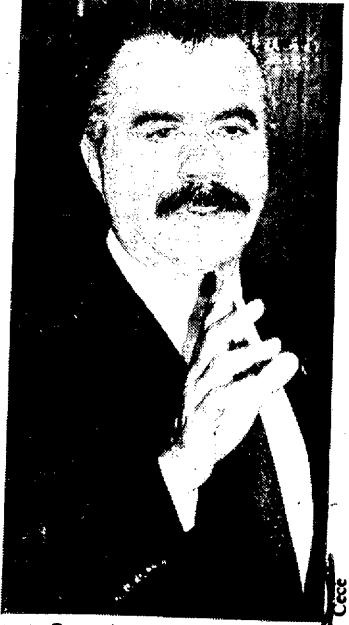
"Desta forma, teremos um texto duradouro e adaptado à atual conjuntura política nacional, que é inteiramente diferente da situação existente na época em que a Constituição foi redigida" — ressaltou.

O dirigente pedessista deixou claro, ainda, que a idéia do Governo não é elaborar uma nova Constituição, mas apenas extirpar da atual Carta os dispositivos superados pelas últimas conquistas democráticas. Esta tarefa caberia ao Congresso e pressupõe um sistema de negociações interpartidárias, tendo em vista o restabelecimento do "quorum" parlamentar de 2/3 para alterações constitucionais.

CAMPANHA ELEITORAL

Voltando a contestar as críticas oposicionistas contra a participação do presidente Figueiredo na campanha eleitoral do PDS, o senador Sarney afirmou que essa presença, na verdade, ajuda a fortalecer a democracia: "Ora, o sistema democrático só sobrevive através de partidos fortes, que lhe dêem estabilidade. Ajudando o PDS, o presidente fortalece essa democracia".

Lembrando que a Oposição tem "absoluta liberdade" para desenvolver a sua campanha eleitoral, o dirigente pedessista ressaltou que também o Presidente da República tem não apenas o direito, mas até o dever, de pedir votos para o seu partido. O importante, segundo afirmou, é que essa participação não implique em qualquer comprometimento da administração pública: "O presidente numa atitude extremamente ética, tem separado claramente os interesses da administração pública de seu posicionamento político pessoal".



Senador José Sarney

Cete